

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2015

A Prefeitura do Município de Santa Gertrudes, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Santa Gertrudes / SP, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no artigo 14 da Lei Federal 11.947/09 e no artigo 20 da Resolução FNDE/CD 26/2013, torna público aos interessados que fará realizar o **Edital de Chamada Pública 01/2015**, destinado a **aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações**, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

1 – DO OBJETO

1.1. Este edital de chamada pública destina-se a **aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, pelo período de 08 (oito) meses corridos e consecutivos**, conforme especificações e quantidades descritas no “Anexo I – Especificações e Quantidades Estimadas”.

2 – DOS PARTICIPANTES, DO LOCAL, DIA E HORA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES E DAS AMOSTRAS

2.1. Os grupos interessados em participar da presente Chamada Pública, deverão atender a todos os requisitos solicitados neste Edital.

2.2. Os envelopes com a documentação para habilitação e projeto de venda deverão ser entregues mediante protocolo no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **até às 08:30 horas do dia 29 de abril de 2015.**

2.3. O início da abertura dos envelopes será **às 09:00 horas do dia 29 de abril de 2015**, no Paço Municipal, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP.

2.4. Os envelopes que forem entregues com atraso serão devolvidos no ato de sua apresentação mediante documento de devolução, assinado pelos membros da Comissão de Licitações e pelo representante interessado, não sendo permitida manifestação contrária a esta decisão.

2.5. Não serão considerados quaisquer documentos e/ou projetos de venda entregues em local, horário e forma diferente da prevista neste Edital.

2.6. Conforme art. 33, parágrafo 5º da Resolução FNDE/CD 26/2013, as amostras deverão ser apresentadas pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a análises necessárias.

2.6.1. As amostras apresentadas deverão ser identificadas, de preferência com etiqueta adesiva, onde conste a razão social e o número do CNPJ do interessado.

2.6.2. As amostras apresentadas serão, após devidamente analisadas, independentemente de serem aprovadas ou reprovadas, quando aptas, doadas para a promoção social fazer uso das mesmas nos projetos assistenciais desenvolvidos pelo município.

2.6.3. As amostras serão analisadas após a confecção do mapa com os preços propostos para cada item cotado.

2.6.4. As amostras serão avaliadas pela ordem do menor preço apresentado.

2.6.5. Quando a amostra que apresentou o menor preço para aquele item for reprovada, mediante laudo técnico fundamentado, o item daquele interessado será desclassificado.

2.6.6. Após desclassificação da amostra que apresentou o menor preço para aquele item, a segunda amostra será avaliada e assim sucessivamente, até que seja aprovada a amostra que melhor satisfaz o objeto deste edital.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. Poderão participar deste procedimento as cooperativas ou associações da agricultura familiar devidamente registrada nos órgãos competentes.

3.2. Os envelopes deverão ser identificados, a saber:

3.2.1. Envelope Nº: 01 (um) – Documentos:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Departamento de Compras e Licitações;
Envelope 01 (um) – Documentos;
Edital de Chamada Pública 01/2015;

Dados do Participante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

3.2.2. Envelope Nº: 02 (dois) – Projeto de Venda:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Departamento de Compras e Licitações;
Envelope 02 (dois) – Projeto de Venda;
Edital de Chamada Pública 01/2015;

Dados do Participante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

4 – DO ENVELOPE 01 (UM) – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os grupos formais deverão apresentar obrigatoriamente no Envelope 01 (um) – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo relacionados, que poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, em se tratando de documentos emitidos via internet os mesmos serão aceitos sem autenticação, ficando a cargo da Comissão de Licitações, verificar a veracidade dos mesmos.

4.2. Os documentos deverão estar dentro de sua validade na data da abertura do envelope.

4.3. Os documentos que deverão ser apresentados dentro do Envelope 01 (um) são os seguintes:

4.3.1. Dos documentos de habilitação para os grupos:

4.3.1.1. Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

I – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;

III – a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

IV – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

4.3.1.2. Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

I – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;

III – a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

IV – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

4.3.1.3. Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica:

I – a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;

III – a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

IV – Cópia do estatuto e ata de posse de atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações;

V – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda; e

VI – a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

VII - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos, compreendendo Tributos Mobiliários, na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;

VIII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

4.3.2. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa.

4.3.3. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

4.3.4. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrada em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

4.3.5. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

4.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos aqui exigidos.

4.5. Serão inabilitados os participantes que apresentarem em desacordo com o estabelecido os documentos necessários a habilitação. Neste caso, o Envelope 02 (dois) – Projeto de Venda, permanecerá fechado e intacto e ficará à disposição para retirada no local onde foi protocolado.

5 – DO ENVELOPE 02 (DOIS) – PROJETO DE VENDA

5.1. O Envelope 02 (dois) deverá conter o “Anexo II – Projeto de Venda”, numa única via, modelo padrão da Resolução FNDE/CD 26/2013, sem rasuras, borrões, ressalvas e entrelinhas, devendo conter:

5.1.1. Número da Chamada Pública a que se refere o Projeto de Venda;

5.1.2. Razão Social, endereço completo, número do CNPJ e da DP Jurídica;

5.1.3. Ficha técnica do produto, em papel timbrado do fabricante, constando as seguintes informações: identificação do produto (inclusive marca); nome e endereço do fabricante; número de registro no órgão competente; etapas de processamento do produto; prazo de validade ou prazo máximo para consumo; tipo de embalagem e rotulagem primária e secundária, inclusive material de fabricação das mesmas; peso líquido; condições de armazenamento; ingredientes e composição centesimal do produto, inclusive os tipos e códigos dos aditivos; nome, número do registro de seu órgão de classe e assinatura do responsável técnico da empresa; demais informações pertinentes ao produto;

5.1.4. Original ou cópia autenticada de laudo de análise bromatológica, físico-química, microbiológica, microscópica, **com data anterior a seis meses no máximo**, da data inicial de abertura, expedido por laboratório oficial ou credenciado por órgão oficial, ambos para análise de alimentos, ou laboratórios pertinentes às Universidades Federais ou Estaduais. No caso de credenciamento, o laboratório deverá juntar comprovante deste credenciamento;

5.1.5. Cópia autenticada de registro do produto em órgão competente ou de sua Publicação no Diário Oficial da União;

5.1.6. Original ou cópia autenticada do alvará ou licença de funcionamento sanitário do estabelecimento/produtor, expedido pelo órgão de fiscalização competente;

5.1.7. Declaração de que os veículos que farão o transporte do produto serão isotérmicos e terão os certificados de vistoria de veículo, expedido pelo órgão competente, conforme Portaria CVS 12 de 21/08/96, inclusive frota terceirizada, podendo ser pelo CEVS (Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária), conforme CVS 16 de 24/10/2003.

5.1.8. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor dos gêneros constantes no Projeto;

5.1.9. Valores unitários e totais expressos em algarismo, em moeda corrente nacional se a inclusão de expectativa inflacionária, encargos financeiros e valores futuros, observando-se que o limite individual de venda dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor familiar Rural será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ano, nos termos do artigo 32 da Resolução FNDE/CD 26/2013;

5.1.10. Descrição completa dos produtos cotados, devendo obedecer rigorosamente às especificações e características necessárias definidas no objeto deste procedimento, bem como as quantidades e unidades respectivas;

5.1.11. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, deverá estar considerado todos os insumos exigidos na chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto, conforme artigo 29 da Resolução FNDE/CD 26/2013.

6 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

6.1. No local, dia e hora estabelecido no subitem 2.3 deste Edital, serão abertos os Envelopes 01 (um) – Documentos de Habilitação e Envelopes 02 (dois) – Projeto de Venda, na presença dos membros da Comissão de Licitações e demais interessados.

6.2. Serão abertos inicialmente os Envelopes 01 (um) de todos os Grupos Formais participantes e os seus conteúdos colocados à disposição para serem examinados e rubricados por todos os presentes.

6.3. Em ato contínuo, os conteúdos dos envelopes serão examinados pelos membros da Comissão de Licitações, os quais decidirão pela habilitação dos participantes que tiverem atendido o estabelecido no item 04 deste Edital, e pela inabilitação daqueles que não atenderam o item 04 na sua totalidade.

6.4. Os participantes que forem inabilitados e tiverem intenção de apresentar recursos, deverão manifestar essa intenção na própria sessão pública e registrar na ata a síntese desse recurso. A Comissão de Licitações deverá julgar os recursos apresentados em até 48 (quarenta e oito) horas.

6.5. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, assinada pelas cooperativas e/ou associações formados pelos agricultores familiares presentes e pelos membros da comissão, devendo toda e qualquer declaração constar da mesma.

6.6. Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento da habilitação e a mesma não puder ser realizada no mesmo dia será designada nova data, sendo todos os presentes convocados.

6.7. Não havendo intenção de recursos ou feito o julgamento dos impetrados, serão abertos os Envelopes 02 (dois) – Projeto de Venda dos habilitados.

6.8. Na hipótese de mais de um grupo apresentar o projeto de venda com idêntico valor, proceder-se-á a priorização das propostas, conforme artigo 25, da Resolução FNDE/CD 26/2013:

I – os fornecedores locais do município;

II – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;

III – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

IV – os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais; e

V – organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

6.8.1. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio;

6.8.2. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtores e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

6.9. É facultada à Administração e a autoridade superior, em qualquer fase deste procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente do Projeto de Venda.

6.10. Em conformidade com o critério de "menor preço", o julgamento será feito com base no **"menor preço unitário"** apresentado para cada item cotado, e a classificação se fará pela ordem crescente dos preços apresentados e aceitos.

6.11. Obedecida a seqüência ordinal crescente da classificação, será adjudicado o objeto do presente chamamento ao interessado cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

7 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os produtos objeto desta Chamada Pública deverão ser entregues parceladamente, mediante expedição de pedido de fornecimento emitido pela Prefeitura, no qual conterà a data de expedição, especificação do produto, quantitativo, prazo e local de entrega, conforme estimativas do Anexo I.

7.2. O transporte deve ser realizado de forma que os produtos fiquem protegidos de chuva, pó, fagulhas e outros; e os entregadores deverão estar limpos e apresentáveis.

7.3. Os produtos a serem fornecidos serão avaliados pela nutricionista da Prefeitura devidamente registrada junto ao FNDE, que deverá sempre observar se os produtos estão dentro das especificações (qualidade e quantidade), de acordo com o preenchimento do Anexo I, e em conformidade com o artigo 33 e seus parágrafos da Resolução FNDE/CD 26/2013.

7.4. Serão rejeitados no recebimento os produtos que apresentarem sinais de deterioração. A reposição dos mesmos deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, evitando a falta do gênero nas unidades escolares.

7.5. Todos os gêneros alimentícios deverão apresentar grau de utilização de agrotóxicos dentro do permitido por Lei, respondendo o fornecedor contratado por eventuais intoxicações ou danos à saúde causados por seu consumo. Caso isso ocorra, o produto estará sujeito à realização de análise em laboratórios oficiais e as despesas correrão por conta do detentor do contrato aqui firmado.

7.6. Priorizar, sempre que possível, os gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos.

7.7. A entrega será parcelada conforme necessidade da Secretaria Municipal da Educação conforme descritivos em anexo.

7.8. A não entrega de qualquer gênero solicitado pela Prefeitura acarretará sanções previstas em Lei.

8 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. A vencedora deverá assinar o contrato dentro de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do comunicado oficial, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93, e atualizações posteriores, aplicando-lhes multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta apresentada.

8.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, conforme estabelecido no item anterior caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 e atualizações posteriores, e indicadas no presente edital.

8.3. Nos termos do § 2º, artigo 64, da Lei Federal 8.666/93, poderá a Administração, quando a adjudicatária não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do artigo 81 da legislação citada.

8.4. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas, pelos critérios do direito público e pelo disposto na Lei Federal 8.666/93 e atualizações posteriores, aplicando-lhe subsidiariamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

8.5. O prazo de vigência contratual e fornecimento dos gêneros alimentícios terão início na data de assinatura do contrato estendendo-se até o limite máximo de 08 (oito) meses corridos e consecutivos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, havendo acordo entre as partes, até o limite máximo previsto em Lei.

8.6. O preço, ora proposto, não sofrerá qualquer reajuste, nos termos da legislação em vigor durante a vigência da contratação, podendo ser revisto, em caso de medidas econômicas ou alteração na legislação vigente, que forem adotadas pelo governo, ou ser aditado para adequação, as mesmas, no que couber, mas somente após ter completado a vigência de 12 (doze) meses.

9 – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: as notas fiscais processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 10 serão pagas até o dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 à 31 serão pagas até o dia 10 do mês subsequente.

9.1.1. A Prefeitura, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a empresa contratada.

9.1.2. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

9.1.3. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 9.1 será contado da data de entrega da referida correção.

9.1.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados na proposta financeira da licitante.

9.2. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

9.3. No caso da Prefeitura atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio

Vargas de São Paulo/SP, em vigor na data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da Prefeitura.

9.4. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas com os pagamentos correrão por conta do orçamento programa vigente, correndo por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05.07. 12.306.0028. 2.018. (208) 339030 – Material de Consumo, com nota de reserva no valor de R\$ 142.410,80.

11 - DAS PENALIDADES

11.1. As penalidades estão definidas na minuta do contrato em anexo.

12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS FINAIS

12.1. O presente Edital poderá ser retirado no Paço Municipal, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, de forma gratuita ou pelo site www.santagertrudes.sp.gov.br.

12.2. Para definição dos preços de referência deverá ser observado o disposto no artigo 29 da Resolução FNDE/CD 26/2013.

12.3. Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade às propostas dos Grupos Formais locais, nos termos do artigo 25, da Resolução do FNDE.

12.5. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

12.6. A aquisição dos gêneros será formalizada através de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.

12.7. Na verificação dos produtos, se for constatado alguma desconformidade com o solicitado nesta Chamada Pública o mesmo será recusado.

13 – DOS ANEXOS

13.1. Ficam fazendo parte integrante deste Edital, independentemente de sua transcrição os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo I – Especificações e Quantidades Estimadas;

13.1.2. Anexo II – Projeto de Venda;

13.1.3. Anexo III – Termo de Recebimento dos Produtos Agrícolas;

13.1.4. Anexo IV – Minuta de Contrato.

Santa Gertrudes/SP, 07 de abril de 2015.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2015

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE ESTIMADA

Item 01 – 78.680 unidades de saches de suco de laranja.

Descrição

Produto natural, líquido, integral, sem adição de conservantes, preparado a partir da extração de frutas maduras, sãs e limpas, e posteriormente submetido a processo de pasteurização podendo conter sólidos em suspensão. Não deverá conter fragmentos das partes não comestíveis da fruta, nem substâncias estranhas a sua composição normal, devendo ser isentas de leveduras, fermentações, parasitos e outras substâncias que indiquem manipulação defeituosa do produto.

Características do produto

Gerais

De acordo com NTA 24 do Decreto Estadual 12.486 de 20/10/78, RDC 12 de 02/01/01 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e Resolução 23, de 15/03/2000 do Ministério da Saúde.

Específicas

De acordo com a RDC 12 de 02/01/01 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Embalagem

Os produtos deverão ser embalados em embalagem primária de polietilenos atóxico, tipo sache contendo 200 ml (duzentos mililitros), devidamente lacradas e identificadas. A embalagem primária deverá vir acompanhada de canudinhos plásticos chanfrados em uma das extremidades, para melhor facilitar o consumo. A embalagem secundária deve ser caixas de papelão resinado, com tratamento para absorção da umidade, contendo de 50 (cinquenta) a 100 (cem) unidades do produto.

Rotulagem

O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

No rótulo das embalagens primárias deverão constar de forma clara e indelével, as seguintes informações:

- a) Identificação do produto, inclusive marca;
- b) Nome e endereço do fabricante, constando registro no órgão competente;
- c) Data de fabricação e data de validade ou prazo máximo para consumo;
- d) Componentes do produto;
- e) Volume total;
- f) Condições de armazenamento (temperatura e conservação).

Item 02 – 78.680 unidades de barras de doce de banana.

Descrição

Entende-se por doce de banana, o produto alimentício constituído por banana e açúcar (banana cristalizada).

Características do produto

Gerais

Cor marrom escuro.

Específicas

Deve ter sabor e aroma característicos de acordo com a sua origem. A consistência deve ser sólida/macia.

Embalagem

O doce de banana deverá ser embalado em unidades, adequados para o contato com alimentos de 26 gramas cada.

Rotulagem

O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

Documentação

A proponente deverá apresentar:

a) Ficha técnica do produto, em papel timbrado do fabricante, constando as seguintes informações: identificação do produto (inclusive marca); nome e endereço do fabricante; número de registro no órgão competente; etapas de processamento do produto; prazo de validade ou prazo máximo para consumo; tipo de embalagem e rotulagem primária e secundária, inclusive material de fabricação das mesmas; peso líquido; peso líquido; condições de armazenamento; ingredientes e composição centesimal do produto, inclusive os tipos e códigos dos aditivos; nome, número do registro de seu órgão de classe e assinatura do responsável técnico da empresa; demais informações pertinentes ao produto;

b) Original ou cópia autenticada de laudo de análise bromatológica, físico-química, microbiológica, microscópica, com data anterior a seis meses no máximo, da data inicial de abertura, expedido por laboratório oficial ou credenciado por órgão oficial, ambos para análise de alimentos, ou laboratórios pertinentes às Universidades Federais ou Estaduais. No caso de credenciamento, o laboratório deverá juntar comprovante deste credenciamento;

c) Cópia autenticada de registro do produto em órgão competente ou de sua publicação no Diário Oficial da União;

d) Original ou cópia autenticada do alvará ou licença de funcionamento sanitário do estabelecimento/produtor, expedido pelo órgão de fiscalização competente;

e) Declaração de que os veículos que farão o transporte do produto serão isotérmicos e terão os certificados de vistoria de veículo, expedido pelo órgão competente, conforme Portaria CVS 12 de 21/08/96, inclusive frota terceirizada, podendo ser pelo CEVS (Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária), conforme CVS 16 de 24/10/2003.

Amostras:

a) Conforme art. 33, parágrafo 5º da Resolução FNDE/CD 26/2013, as amostras deverão ser apresentadas **pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar** para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a análises necessárias, imediatamente após a fase de homologação.

b) As amostras apresentadas deverão ser identificadas, de preferência com etiqueta adesiva, onde conste a razão social e o número do CNPJ do interessado.

c) As amostras apresentadas serão, após devidamente analisadas, independentemente de serem aprovadas ou reprovadas, quando aptas, doadas para a promoção social fazer uso das mesmas nos projetos assistenciais desenvolvidos pelo município.

d) As amostras serão analisadas após a confecção do mapa com os preços propostos para cada item cotado.

e) As amostras serão avaliadas pela ordem do menor preço apresentado.

f) Quando a amostra que apresentou o menor preço para aquele item for reprovada, mediante laudo técnico fundamentado, o item daquele interessado será desclassificado.

g) Após desclassificação da amostra que apresentou o menor preço para aquele item, a segunda amostra será avaliada e assim sucessivamente, até que seja aprovada a amostra que melhor satisfaz o objeto deste edital.

Unidades Escolares Beneficiadas:

Item	Unidades Escolares
01	CRECHE TEREZA PASCON VITTE Rua 05, 755, Jardim Indaiá II;
02	CRECHE PINGUINHO DE GENTE Rua Santa Gertrudes, 345, Jardim Luciana;
03	CRECHE SEBASTIÃO DOMINGUES Avenida Prefeito Libertário Palumbo, nº 600, Pq. Dos Jequitibás;
04	EMEI VEREADOR EUGÊNIO SECCO Avenida 11, 65, Centro;
05	EMEI PROFESSOR GERALDO APPARECIDO ROCHA Avenida São Paulo, 20, Jardim Paulista;
06	EMEI LYGIA BUSCHINELLI Rua Nossa Senhora Aparecida, 320, Jardim Luciana;
07	EMEI PROFESSORA THEREZA SENEME FERRO Rua 09, 52, Jardim Parque Industrial;
08	EMEF JOAQUIM RAPHAEL DA ROCHA Avenida 03, 343, Centro;

09	EMEF NILVA DE LOURDES ROCHA OLIVEIRA Rua São Pedro, 860, Jardim Iporanga;
10	EMEF PROFESSORA CECY APPARECIDA ROCHA AGUIAR Avenida Francisco Vitti, 50, Jardim das Paineiras;
11	EMEIF PREFEITO ANTONIO FILIER Rua Penido Pedro Ceregato, s/n, Parque dos Jequitibás;
12	EMEF IVONE APARECIDA GOMES PALUMBO Rua Cordeirópolis, 211, Jardim Paulista;
13	EMEF EDNA TERESA FIÓRIO Avenida 01, 563, Centro;
14	EMEF JOÃO RUFFINO Rua Cordeirópolis, 175, Jardim Paulista;
15	EE PEDRO RAPHAEL DA ROCHA Avenida 01, 533, Centro;
16	Creche Padre Querino Volani Rua Carlos Luiz de Souza, nº 35 – Jd. Nova Santa Gertrudes;

Santa Gertrudes/SP, 07 de abril de 2015.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2015
Anexo II – Projeto de Vendas

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

ANEXO IV

[illegible]

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
ANEXO IV (cont.)

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC							
1. Nome da Entidade			2.CNPJ			3.Município	
4. Endereço						5.DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail					7.CPF		
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS							
	1. Identificação do agricultor familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6. Valor Total	
	Nome						
	CPF						
	Nº DAP					Total agricultor	
	Nome						
	CPF						
	Nº DAP					Total agricultor	
	Nome						
	CPF						
	Nº DAP					Total agricultor	
	Nome						
	CPF						
	Nº DAP					Total agricultor	
	Nome						
	CPF						
	Nº DAP					Total agricultor	
Total do projeto							

ANEXO IV (cont.)

IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO					
	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
				Total do projeto:	

--

[illegible]

Local e Data:		Fone/E-mail:
	Assinatura do Representante do Grupo Formal	CPF:

Local e Data:

Assinatura do Representante do Grupo Formal

Fone/E-mail:

CPF:

Local e Data:

Agricultores Fornecedores do Grupo Informal

Assinatura

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2015

ANEXO III - TERMO DE RECEBIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Atesto que (nome da Entidade Executora) _____, CNPJ _____, representada por (nome do representante legal), _____ CPF _____ recebeu em ____/____/____ ou durante o período de ____/____/____ a ____/____/____ do(s) nome(s) do(s) fornecedor(es) _____ dos produtos abaixo relacionados:

PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL *
TOTAIS				

(*) Anexar notas fiscais ou recibos válidos.

Nestes termos, os produtos entregues estão de acordo com o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e totalizam o valor de R\$ _____ (_____).

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está (ão) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição, pelo(s) qual (is) concedemos a aceitabilidade, comprometendo-nos a dar a destinação final aos produtos recebidos, conforme estabelecido na aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, aprovado pelo CAE.

Santa Gertrudes/SP, ____ de _____ de 2015.

Representante da Entidade Executora

Representante do Grupo Fornecedor

Ciente: _____

ENTIDADE ARTICULADORA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2015

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A **Prefeitura do Município de Santa Gertrudes**, pessoa jurídica de direito público, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Rogério Pascon**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida 02, nº 572, Jd. Iporanga, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-000, portador do CPF 082.535.568-02 e do RG 18.898.286-3/SSP/SP doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo), com sede à Rua/Avenida _____, _____, Bairro _____, _____/_____, inscrita com CNPJ _____, (para grupo), doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições Lei 11.947/2009 e Resolução 26/2013, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública 01/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar dos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano de 2015, descritos nos itens enumerados na cláusula terceira, todos de acordo com a Chamada Pública 01/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A CONTRATADA se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme segue:

2.1.1. Doce de Banana: 78.680 unidades de 26 gramas x R\$ _____ = R\$ _____;

2.1.2. Suco de Laranja: 78.680 unidades de saches de 200 ml x R\$ _____ = R\$ _____.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O limite individual de venda dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor familiar Rural será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ano, nos termos do artigo 32 da Resolução FNDE/CD 26/2013.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. A CONTRATADA ou as Entidades Articuladoras deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUINTA

5.1. O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pela CONTRATANTE, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2015.

5.2. As entregas das mercadorias deverão ser feitas nos locais, dias e quantidades de acordo com o solicitado pela CONTRATANTE.

5.3. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Agricultor	CPF	DAP	Produto	Unidade	Quantidade	R\$ Proposto	R\$ Total

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. No valor mencionado na cláusula segunda estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

8.1. As despesas com os pagamentos correrão por conta do orçamento programa vigente, correndo por conta da seguinte dotação orçamentária 05.07. 12.306.0028. 2.018. (208) 339030 – Material de Consumo, com nota de reserva no valor de R\$ 142.410,80, constante do orçamento programa para o exercício fiscal de 2015.

CLÁUSULA NONA

9.1. O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula 5.3, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

9.2. Não será efetuado qualquer pagamento a CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento da CONTRATADA, deverá pagar multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor da parcela vencida, ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do artigo 20 da Lei 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. A CONTRATADA deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. A CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

15.1. Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos da CONTRATADA;

15.2. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

15.3. Fiscalizar a execução do contrato;

15.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. O presente contrato rege-se pela Resolução FNDE/CD 26/2013, e pela Lei 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. Este contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

20.1. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio escrito, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

21.1. Este Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

21.1.1. Por acordo entre as partes;

21.1.2. Pela inobservância de qualquer de suas condições;

21.1.3. Quaisquer dos motivos previstos em Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

22.1. O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

23.1. É competente o Foro da Comarca de Rio Claro/SP para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

23.2. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Gertrudes/SP, ____ de _____ de 2015.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

1. Rosana Cristina Filier;
2. Rafael Stabellini Colabone;